

PARA A HISTÓRIA DA «ÁGUIA» E DA «RENASCENÇA PORTUGUESA»

V

Vimos notas de jornais em que se confundiu o programa da «Renascença» e o seu plano educativo com «saüdosismo» e mostrámos como não houve nunca, quer na *Águia*, quer na Sociedade que se lhe seguiu dogmática alguma que a escravizasse a esta ou aquela orientação filosófica. E apontámos os factos que mais podiam esclarecer opiniões confusas e desnorteadoras.

Examinemos agora o que se escreveu num volume de «História de Portugal», publicado em 1937 pelo professor Hernani Cidade. Lê-se a págs. 130 e 131:

«Não foram sem fecundidade os dezasseis anos que medeiam entre a proclamação da República e o advento da ditadura militar. Mostrá-lo-ão alguns factos mais significativos. Por exemplo, a organização, no Pôrto, em 1913, da «Renascença Portuguesa» com o fim de chamar o Portugal novo à consciência das suas possibilidades espirituais. Teve como revista *A Águia* e publicou uma série de obras, na qual, além de poesia e novelística, se insere crítica e história literária, e a história das religiões, a filosofia e o ensaio; ao mesmo tempo, em conferências públicas procurava estender a sua acção cultural. O pensamento directivo formulou-o o poeta Teixeira de Pascoais, que, na «Arte de ser português», compendiou os motivos de ordem espiritual do novo nacionalismo, *saüdosista*, é verdade, mas também estimulador de renovação, embora de objectivos pouco precisos».

Até aqui, a não ser o êrro de data — 1913 em lugar de 1912 — é pequena a divergência dos factos, pois, embora se diga que o novo nacionalismo era *saüdosista* havia o acrescento duma «renovação», que era, no fundo, a base de todos os trabalhos dentro da «Renascença». Os fundadores e propagadores da nova agremiação não falavam em maior cultura do povo português, não organizavam cursos e Universidades populares, conferências e exposições para agitar ou demolir. Não criavam as bibliotecas «Lusitana» e «Histórica» para ostentação de vaidades ou conquista de postos. Êles queriam, sobretudo, fazer ressurgir o velho feitio original da Grei e dar-lhe uma consciência firme e profunda para que bem se pudessem combater tôdas as infiltrações nefastas que durante o século XIX nos tinham desnacionalizado até à medula. Não se exaltavam grupos ou facções. Nem

se procuravam figurinos de última hora para se macaquearem fantasias literárias, filosóficas ou sociais. A «Renascença» lutou apenas, com denodo e rectilíneo esforço, pelo ressurgimento bem português da velha Nação.

Logo a seguir, é que Hernani Cidade foge à exactidão dizendo:

«A Grande Guerra dispersou o grupo. E Jaime Cortesão, que a viveu na Flandres, fundou, no regresso, em Lisboa, com outros intelectuais, de entre os quais cumpre destacar Raúl Proença e Câmara Reis, a revista *Seara Nova*. Menos evocadora do passado, mais actuante politicamente...»

Diz-se com a maior simplicidade que «A Grande Guerra dispersou o grupo» como se a «Renascença» fôsse uma patrulha efémera nascida dum capricho e alimentada por ilusões poéticas. E, num livro de História, onde devia ser absoluto o rigor de informação, tanto mais que se trata de factos, passados durante a vida do historiador, suprime-se um grupo e cria-se outro com a mesma presteza com que um ilusionista engole punhais ou escamoteia pessoas.

O grupo não se dispersou. Cindiu-se. E não foi a Grande Guerra que praticou êsse corte. Foi, alguns anos depois, a luta entre elementos do Pôrto e elementos de Lisboa, a competição do mando, uma velha separação de ideias e processos que fez sempre de Jaime Cortesão e Leonardo Coimbra os pontos mais altos de dois grupos nítidamente diversos, embora, até 1920, trabalhassem com fervor para o mesmo fim.

É possível que a Grande Guerra influísse na sorte da «Renascença», como evidentemente influíu em tôda a organização social, dentro e fora do País. Mas não foi ela que dispersou o grupo. Pelo contrário, deu-lhe maior expansão e maiores projectos. A literatura da Guerra levou a «Renascença» a meios onde ainda não tinha entrado, pois foi na «Renascença» que se publicaram as obras mais notáveis sôbre a nossa participação em França e Africa, e logo a seguir ao armistício se decidiu contraír um empréstimo para adquirir em Lisboa uma Livraria e uma tipografia para se ampliarem todos os objectivos culturais da Sociedade. Esse empréstimo, fixado inicialmente em 200 contos, estava já assente num Banco do Pôrto e eu deveria vir a Lisboa na segunda quinzena de Janeiro de 1919 para ultimar a transacção. Retido no norte por motivo do movimento político de 19 de Janeiro a 13 de Fevereiro, quando cheguei à capital a livraria tinha sido adquirida por outrem. Andámos estudando outra solução, mas nada vimos de bom. E não só nada vimos de bom como começámos a ver um desmoronar de entusiasmos em todos os sentidos. A política dos últimos anos, a desordem administrativa, as reacções extremistas, com grêves, incêndios e delapidações, fizeram do ano de 1919 um ano trágico. Podia assim continuar-se trabalhando pela maior cultura do povo português, dentro duma atmosfera inquinada dos piores venenos?

O Brasil tinha sido, desde a fundação da «Renascença» uma esperança e um

estímulo constantes. Afigurou-se-me excelente ir para lá, prosseguir, num meio doutra largueza, o que em Portugal se estava tornando impossível.

A 2 de Maio de 1919, ainda na esperança de organizar a nova empresa da «Renascença» (4) descia à tardinha a sempre formosa Avenida da Liberdade. O espectáculo era alucinante. Um tremendo clarão iluminava todo o fundo do horizonte. Às portas das casas, às janelas, no meio da rua, pessoas assustadas comentavam a meia voz «*estão os Ministérios a arder*». Tinham pegado fogo ao «Terreiro do Paço». Não ardeu tudo porque a força pública conseguiu impôr-se. No dia seguinte mais incêndios. A desordem tinha tomado aspecto sinistro. Como se havia de pensar em obras de cultura?

Em princípios de 1920, a desordem atingiu proporções cada vez mais alarmantes, chegando os funcionários públicos a aderir à greve, a que já me referi.

Protestei, quasi só, na reunião da Biblioteca Nacional, demiti-me do cargo que me tinham dado na Reforma de 1919 e fui para o Brasil fundar uma casa editora e continuar lá a publicação da *Águia*.

Mal deixei a administração directa da «Renascença», começaram a crescer e a manifestar-se os mais desencontrados planos dentro dela. Todos queriam mandar, todos desejavam realizar agora coisas maravilhosas, em que não tinham pensado até então. E, umas após outras, chegavam-me ao Rio de Janeiro as mais destrambelhadas queixas e bastantes mesquinhas intrigas. Em capítulo especial tratarei com toda a minúcia dêsse verdadeiro golpe de morte dado na vitalidade e futuro da «Renascença». Agora, basta, para confirmar a afirmação feita a págs. 138 de que, infelizmente, parece ter sido a minha ausência que provocou êsse golpe, transcrever algumas linhas da carta que Jaime Cortesão me escreveu em 1 de Novembro de 1921:

«Só agora respondo à tua carta, porque ela vinha encontrar factos, pelo menos, em pensamento, consumados. O que existe essencialmente entre nós é uma diferença de ideias. Penso, ao contrário de ti, que a missão da «Renascença» findou. E desde que tu, sua coluna vertebral, a não pudeste continuar a sustentar no mesmo aprumo, não creio que ela possa voltar à actividade antiga... No túbulo cheio de velhos miasmas, que é a nação, devem entrar lufadas de ar distante e renovador. Portugal isolou-se durante bastantes séculos do resto do mundo, de sorte que a tradição é demasiado distante para servir de base a um renascimento... Se tentei um renascimento da «Renascença» foi na convicção de que êsse era o melhor caminho. Enganei-me? O tempo o dirá. Pareceu-me também que na tua ausência era eu a pessoa que mais teria direito a uma acção dentro da «Renascença».

(4) Nunca puderam compreender certos plumitivos que a «Renascença», Sociedade de cultura, só podia cumprir seus fins tendo Estatuto em ordem e administração cuidada, condições indispensáveis ao êxito de qualquer iniciativa séria.

Confundiste a diferença de ideias com a mudança de sentimentos. E tomas comigo um tom, que supõe já certa quebra de amizade, único de todos os males, que me poderá doer profundamente».

Enganou-se Jaime Cortesão, para seu mal e da Sociedade que lhe deveu sempre os maiores serviços e que chegou ao ponto que atingiu, mercê, sobretudo, do calor de seu entusiasmo e de seus muitos talentos. Não havia necessidade alguma de cisão nem doutro grupo. E não deviam, nem «Renascença», nem qualquer outra Sociedade de Cultura imiscuir-se nos enredos traiçoeiros da política partidária.

E que não deviam, e que era na tradição, nas virtudes e heroísmos dos nossos maiores, na lialdade de «Egas Moniz» e na clarividência do «Infante de Sages», vultos que tão bem foram estudados pelo Poeta da «Glória Humilde», que havíamos de colher ânimo para o ressurgimento da Nação, aí o está provando o prestígio do «Novo Portugal» e as galas duma alma inteiramente remoçada dentro do vinco inconfundível de nossas eras mais gloriosas.

Em 1912, ao criar-se a «Renascença», o panorama português era bem nítido: tudo caminhava para os excessos liberais, a mocidade só ouvia falar de direitos, e a indisciplina e a incompetência eram as armas mais valorosas. A «Renascença» foi uma tentativa, organizada e disciplinada, para se mostrar à mocidade e aos futuros dirigentes da Nação quais eram as fontes vivas onde tinham de beber o ímpeto renovador. E alguma influência exerceu até 1920⁽⁵⁾. Daí por diante, declaradas crises mais graves e mais profundas, competia-lhe ser mais forte e unida, constituir um bloco de firmeza incorruptível e um exemplo de modelar nobreza. Em vez disso, cindiu-se e embrenhou-se na política partidária. Morreu aí a «Renascença». Continuou ainda alguns anos um grupo com êsse nome, mas sem orientação nem orientadores.

VI

De tudo se serviram os *génios* falsos e os fazedores de chalaças para arrelhar a «Renascença» no seu longo período de actividade, prestígio e realizações. Uns — por despeito, outros — por insuficiência mental e ainda outros — por mera ruinda-

(5) Embora, numa correspondência para o Brasil, dois literatos recentes a tenham suprimido do quadro social português nestes períodos de lamentável miopia intelectual: «Com o advento do regime não apareceu, como natural seria, qualquer movimento valioso de inteligência, careptenceu, por altura de 1914, à chamada geração coimbrã que sonhou e conferiu asas ao «Integralismo Lusitano».

de. Quando convinha à perfídia das portas de café dizer que a «Renascença» era avançada, lançavam-lhe todos os remoques nesse sentido; quando convinha o contrário, era a «Renascença» acusada de passadista e reaccionária. Se queriam que a «Renascença» fôsse uma coisa inócua e vazia de sentido, pré-gavam que ela era o jogo de dum *saudosismo* deprimente. Se tudo lhe queriam negar, afirmavam que nela não surgiu ideia alguma, nem boa nem má. Pequenas calúnias também não foram poupadas, inventando-se tôda a espécie de mesquinhas que, felizmente, só duravam até chegarem ao conhecimento d'algum sócio que tivesse a paciência de as pulverizar. Dentre estas, porém, uma houve que, pela sua estranheza e persistência, aqui desejo desfazer para escarmento de quem não soube respeitar a delicadeza com que foi tratado sempre pela «Renascença» e por mim.

Em 1916, acordei com Cândido Guerreiro a edição dum livro de sonetos sem indagar se os versos eram dêle ou não. Nunca exigi a nenhum Autor prova de autoria, por nunca ter imaginado que houvesse algum que se apresentasse como dono de obra que não lhe pertencesse. Meses depois de publicado o livro, recebi a seguinte carta do hoje Ministro plenipotenciário em disponibilidade, João Maria Santiago Presado:

«Figueira da Foz — 30 Janeiro 1917.

Uma desagradavel surpresa faz-me hoje dirigir a V., a quem sou devedor de várias gentilezas; e a melindrosa razão que a escrevê-la me determina leva-me também a pedir-lhe a especial fineza de a arquivar, para o que der e vier, como se costuma dizer.

Comigo, que tanto amôr tenho aos livros, porque são os meus exclusivos companheiros no abençoado isolamento da minha vida, acontece que rarissimas vezes compro aqueles que são de Poetas meus contemporâneos, muitos deles amigos meus; não porque não tenha por êles a admiração que êles merecem, mas porque creio ser êste um hábito de todos nós, os poetas, não comprarmos livros uns dos outros.

Ora acontece que já há tempo eu ando a ver anunciado o livro de sonetos de Cândido Guerreiro. Tendo sido êle condiscipulo meu e meu companheiro de Coimbra, era natural que eu tivesse desejos de possuir o seu livro. Contudo não o comprei.

Ao Cândido Guerreiro, depois da nossa saída de Coimbra, nunca mais o tornei a ver, senão uma vez, casualmente, e quasi de fugida, em Lisboa. Quando publiquei ultimamente as minhas «Doze Canções d'Amôr», mandei-lhe um exemplar, que êle nunca acusou nem agradeceu. Não tomei isso a mal, e esperei sempre que nesta ocasião êle me retribuísse o seu livro... que não veio. Há dois dias, vendo-o por acaso numa livraria, resolvi-me então a comprá-lo.

Chego agora ao ponto melindroso e desagradavel da minha carta.

Lendo o livro de Cândido Guerreiro, tive a inexplicavel surpresa e o enorme espanto de ir ali encontrar versos insofismavelmente meus e sonetos que quási integralmente me pertencem. Ora Cândido Guerreiro, pelas suas belas qualidades de Poeta, não tinha necessidade de rebuscar despreziosas poesias minhas, que eu próprio votára a um *semi-abandono* não as incorporando até à data em um volume de versos. Por outro lado, a minha intelligência não atinge como Cândido Guerreiro, por causa de umas ninharias, se aventura a pôr em jogo a sua probidade literária, que é, no fim de contas, uma probidade de carácter. Eu começo por fornecer êstes raciocínios em seu favor e para sua defesa. Mas por mais raciocínios que eu faça e por mais razões que eu procure, o certo é que entre os sonetos do livro de Cândido Guerreiro figuram sonetos e versos que são meus. Cândido Guerreiro já os conhecia do nosso tempo de Coimbra, e talvez agora contasse com a generosidade do meu silêncio. Eu nem quero classificar êste acto de Cândido Guerreiro, mas êle torna-se duplamente criminoso se êle pensasse estabelecer a prioridade dos seus sonetos plagiados (para não empregar outra expressão mais própria) quando um dia possa ver êsses mesmos sonetos encorporados num livro meu. E seria isso o que indubitavelmente acontecia.

Se êsses meus sonetos estivessem inéditos, ver-me-ia desapossado dêles, e impossibilitado de os incorporar em qualquer livro, sob pena de fazer recaír sôbre mim uma tremenda suspeita enquanto as coisas se não aclarassem. Mas todos os meus sonetos em questão apareceram já, e repetidas vezes, em várias publicações avulsas, e se Cândido Guerreiro me forçar a reclamar publicamente aquilo que me pertence (como infelizmente será o que tem de acontecer) eu poderei provar com datas a prioridade dêsses meus sonetos. Não me cabe nesta carta explanar-me em mais considerações, que guardarei para ocasião mais oportuna; apenas pretendo com ela pôr desde já V. ao par deste lamentoso acontecimento, unicamente como prevenção, porque não desejava que alguém se pudesse antecipar a levantar um incidente literário (chamemos-lhe assim), que é a mim, primeiro que a ninguém, que compete levantá-lo, dêde que Cândido Guerreiro não dê uma clara e plena justificação.

V., portanto, dignar-se-á guardar esta carta, que em qualquer ocasião poderá servir, reservando também consigo êste assunto, que eu comunico por enquanto apenas confidencialmente, por um justificado escrupulo em não manchar o nome de uma pessoa que só tem merecido o meu aprêço, tornando pública uma questão tão lastimosa para a sua reputação literária e de homem de bem.

E nada mais quero fazer sem primeiramente escrever ao Cândido Guerreiro, a ver o que êle me diz. Também V. me dispensará de me referir mais aos mal-fadados sonetos ou de mandar os meus para confronto, que é coisa que neste momento não interessa. Foi V. que eu escolhi, por ser o Secretário da Redacção da «Âguia» e os sonetos de Cândido Guerreiro serem edição da «Renascença Portuguesa» e além disso por ser pessoa completamente estranha ao assunto, a quem vivamente me ligam laços de simpatia e reconhecimento por tôdas as distincções.

Permita-me que, para maior garantia minha num assunto que me é tão melindroso, eu mande reconhecida a minha assinatura nesta carta; e peço me creia sempre com todo o apreço — *João Maria Santiago Presado*.

Reconheço a assinatura supra. Figueira da Foz, 31 de Janeiro de 1917. Em testemunho da verdade, o notario *Adelino Ferreira de Mesquita*.

Suspendi imediatamente a venda do livro, sem causar o mínimo alarme e escrevi ao Dr. Santiago Presado solicitando informações sôbre o que se fôsse passando. Veio logo nova carta do autor plagiado:

«Figueira da Foz, 4 de Fevereiro de 1917.

Meu presado camarada

Agradeço a pronta resposta à minha carta e compreendo a sua pouco agradável situação, que lamento. Em todo o caso, visto que é absolutamente estranho a êste lamentoso incidente, êle não o deve preocupar, além dos justos limites.

Já escrevi ao Cândido Guerreiro uma longa carta, a mais lial, a mais honesta — deixe-me dizê-lo — que alguém nas minhas circunstâncias podia escrever. Creia que o meu desejo é evitar um escândalo público, porque também lamento pelo Cândido Guerreiro aquilo que aconteceu, devido ao seu pouco escrúpulo tão injustificado. É claro que não me podia calar nem ficar indiferente. Não penso incorporar agora os sonetos de que êle se apropriou, assim como muitas outras poesias, em próximos livros de versos, mas, evidentemente, quero poder fazê-lo sem peias em qualquer ocasião.

O Cândido Guerreiro conhecia os meus sonetos em questão do nosso tempo de Coimbra, mereceram-lhe, pelo que vejo, o seu agrado, e imaginava talvez que êles teriam ficado perdidos ou esquecidos por não os ver no meu último livro «Doze Canções d'Amôr», onde, aliás, não era o lugar deles. Mas tudo isto são conjecturas — que aliás se não devem afastar da verdade. Vamos a ver o que êle diz.

Se os meus sonetos não estivessem já publicados e se êles não fossem já conhecidos desde longa data de outros amigos nossos, eu ver-me-ia desapossado deles — o que seria talvez o menos — ou então, caso êles aparecessem um dia publicados com o meu nome, tôda a gente se convenceria, sem provas em meu abono, que eu é que os tinha plagiado — e isso seria o pior. (Eu emprego o termo plagiar por escrúpulo de usar de outro mais próprio).

Contento-me com quaisquer razões de Cândido Guerreiro que envolvam uma confissão de culpa; e em harmonia com a resposta dele assim verei o que me cumpre fazer. Mas todo o meu desejo — repito — é não fazer agora disto uma questão pública de escândalo, aliás justissima da minha parte. Conforme V. pede,

e era já intenção minha, comunicarei o que se passar. Creia-me sempre, etc. — *Santiago Presado*».

Continuou o resto do livro guardado por mim, não se satisfazendo pedidos e dizendo-se mesmo que se tinha esgotado, para não revelar o escândalo. O principal prejudicado não desejava represálias e eu vivia, a êsse tempo, de guerra e sobressaltos de tôda a ordem, a fase mais difficil da administração da «Renascença» e um período febril de inquietações pelos amigos dedicados que se batiam em França e na África. Dois anos depois, nova carta sôbre o assunto:

«*Figueira da Foz, 6 de Março de 1919.*

Meu presado amigo e camarada

Aproveitando o ensejo desta carta, cumpre-me também tornar-me a referir ao desagradavel assunto Cândido Guerreiro.

Uma prolongada doença de mais de um ano, agravada com o desgosto da perda de uma filhinha, inutilizando-me durante longos meses para tôda a vida intellectual, e para tudo enfim, inibiu-me de deixar o assunto completamente liquidado, e de dar conta ao meu amigo do que se passára com o Cândido Guerreiro, depois da carta que lhe escrevi.

Pedira-me que o pusesse ao corrente do prosseguimento da questão, e, como o não fiz, cumpre-me agora, por si e por mim, comunicar-lhe o que se passou posteriormente à minha carta. Foi pouco... mas bastante.

Limita-se à resposta do Cândido Guerreiro, que me reconhece realmente, como não podia deixar de ser, a propriedade dos meus sonetos, aliás já anteriormente publicados. E esta circunstância da sua anterior publicação bastaria, se fôsse minha intenção fazer um escândalo público. Mas não desejei nem desejo fazê-lo.

O Cândido Guerreiro diz: «compreenderá V. facilmente... a mágua dolorosíssima ao constatar que *compús e publiquei* num livro de 138 páginas versos que V. já anteriormente *compusera e publicára*»; e, aceitando como explicação uma razão que eu próprio aventei, diz: «Sou obrigado a admitir com V. *que uma reminiscencia vaga, uma elaboração inconsciente, me fizesse reproduzir versos, que porventura V. me leu*». Devo observar, contudo, que se não trata de versos, apenas, mas de *sonetos completos*, e não são um nem dois.

Cândido Guerreiro tornou ainda a escrever-me e pedia-me para me encontrar com êle em Lisboa. Nessa ocasião não pude lá ir, depois veio a minha doença, depois a morte da minha pequenita, e tudo ficou por aqui até êste momento.

Sempre com tôda a simpatia e aprêço, etc. *J. M. de Santiago Presado*».

Combinou-se então que Cândido Guerreiro adquiriria os exemplares existentes aos 10 ou 20 de cada vez e ficou o assunto arrumado.

Calcule-se o nôjo com que, alguns anos depois, li no Rio a seguinte trecho duma carta de Jaime Cortesão:

«Lisboa, 4 de Março de 1924.

Também há dias em Faro se deu uma cêna desagradavel que te diz respeito. Fui ao Algarve para visitar e estudar a região de Lagos a Sagres por causa dos meus trabalhos históricos. À volta fiz uma conferência naquela cidade sô-lho de Carvalho, Bernardo Passos, Cândido Guerreiro e um official do exército, Caetano de Souza, meu amigo e camarada da Guerra, os quais me tinham ido visitar. Veiu à baila a edição dos «Sonetos» do Cândido Guerreiro. O Bernardo Passos censurava-te, pois não quizeras pagar nada ao Autor por uma edição que se exgotou e ainda por cima quizeras fazer uma nova edição de graça. Perante o espanto com que eu recebi essa versão, o Cândido Guerreiro confirmou-a. Sabedor dos factos, declarei que tu eras incapaz de semelhante procedimento, que decerto haveria motivo forte que explicasse aquele caso e que a tua vida de honestidade perfeita te colocava ao abrigo de tal suspeição. O Coelho de Carvalho apoiou-me calorosamente e Carlos Cardoso, fotografo-amador do Pôrto, transmontano, que tinha ido comigo, confirmou as nossas palavras. Declarei mais que, por ser teu amigo íntimo, me constituía na obrigação de te escrever a comunicar-te o que em Faro se dizia. Perante a atrapalhação do Cândido Guerreiro, que começou a engrolar desculpas, visivelmente comprometido, entendi que o não devia desautorizar mais. Tocava, ao meu amigo Caetano de Souza contei tôda a verdade, isto é, o caso do plágio do Presado. Parece-me que, por tua parte, poderias escrever ao Bernardo Passos, Poeta e Secretário da Câmara de Faro, pondo-lhe o caso em pratos limpos. Deu-se isto em meados de Fevereiro passado. Devo dizer-te que não fui mais longe, porque o próprio Cândido Guerreiro, além dos mais, aceitaram as minhas declarações peremptórias e em tom de quem não admitia desmentido, confirmadas aliás pelo Coelho de Carvalho e Cardoso.»

Não escrevi ao Bernardo Passos, que conhecia muito bem. E não lhe escrevi porque não ligava a menor importância ao que êle pudesse julgar de mim em assunto a respeito do qual eu podia desafiar as mais rigorosas investigações. Nunca me servi da *Águia* ou da «Renascença» para satisfazer caprichos ou vaidades pessoais e nunca deixei de pagar a cada um o que cada um merecia. Sei que, depois de minha ida para o Brasil, vários contractos foram mal cumpridos, desculpando-se algumas vezes a «Renascença» com o «Anuário do Brasil», mas isso já não

era de minha responsabilidade, visto eu ter liquidado tôdas as minhas contas com a «Renascença», de forma bem vantajosa para esta, sem desejar saber sequer se ela liquidava ou não seus compromissos.

Deixei em paz estes meus detractores, que certamente acabariam por se esquecer de me injuriar. E passaram-se 13 anos, sem saber de mais nada.

O ano passado, porém, um distinto amigo e ilustre escritor passou uma temporada no Algarve e lá tornou a ouvir a imprudente e caluniosa canção: eu não pagára a edição dos «Sonetos» de Cândido Guerreiro e quisera fazer nova tiragem nas mesmas ultrajantes condições. Mostrei a êsse amigo a declaração de Santiago Presado e êle, indignado, incitou-me a que a publicasse. Não tive pressa alguma. Tenho sido acusado injustamente várias vezes. Nunca me apresso a defender-me. O tempo, em regra, julga melhor do que ninguém. E se agora estou publicando tôdas estas coisas desagradáveis é porque a minha situação nesta revista me obriga a varrer da minha frente quaisquer embaraços ao bom andamento de «Ocidente».

Porque seria, porém, que Cândido Guerreiro, homem inteligente, insistia em fazer correr a calúnia contra mim e contra a «Renascença», e não fazia uma nova edição do famoso volume?

Creio dar a explicação exacta. Resolvido o incidente com a confissão dêle e com a solução, tomada depois, de ir adquirindo os exemplares existentes aos dez e vinte exemplares, dei o assunto por inteiramente liquidado, apenas o comunicando a Jaime Cortesão, que foi sempre, desde 1910 a 1920, o elemento mais valioso, mais firme e mais prestavel da «Renascença». Nem o próprio guarda-livros soube do caso. Uma vez no Brasil, encarreguei êsse guarda-livros de escrever a todos os autores de livros exgotados ou prestes a exgotar-se, solicitando o direito de nova edição nas condições anteriores, sem me lembrar de excluir os «Sonetos». O guarda-livros escreveu a Cândido Guerreiro e êste ficou julgando naturalmente que eu nunca mais voltaria a Portugal e que, portanto, de posse dêsse pedido do guarda-livros da «Renascença», podia impunemente fazer correr tudo o que lhe aprouvesse a meu respeito e a respeito do livro que não lhe pertence.

Acredito que qualquer outro editor nas minhas condições usasse da discreção que usei durante tantos anos, mesmo depois de hostilizado. O que me parece difficil de encontrar é outro homem de letras tão insensato que se permitisse arriscar assim a sua reputação literária, apenas para saborear o prazer de vingarse de quem nunca lhe fez mal algum e só no último extremo se resolveu a publicar o que aí fica.

ALVARO PINTO